

# A conjuntura política e o Sistema Único de Saúde

Alcides Miranda\*

## Introdução

Tempos idos, em boa parte das análises conjunturais outrora realizadas havia uma premissa constante, com roteiro correlato. A premissa consistia no reconhecimento da vigência e intercurso de (mais) uma *crise do capitalismo*; o roteiro consistia em análises sobre a *natureza* de tal *crise*, seu caráter preponderante e na identificação de *janelas de oportunidades* para disrupções (expectativa proeminente entre autodenominados *revolucionários*) ou reformas incrementais em perspectiva *contra-hegemônica*.

Passado muitos anos, a partir da ocorrência de fatos históricos significativos para a continência (insolvência?) das alternativas e expectativas disruptivas *à esquerda*, cada vez mais, as discussões conjunturais passaram a ser pautadas por análises com pretensões para reformas incrementais ou a partir de necessidades para resistências perante iniciativas de *contrarreformas* (para direitos sociais adquiridos ou políticas públicas redistributivas implantadas).

Além disso, reforçou-se a constatação de que o regime capitalista tem se reciclado e/ou renovado a partir de *crises* sequenciais, consubstanciando novos arranjos intrínsecos, inovações de (autos)suplantação.

Ao longo das últimas décadas, o *bloco histórico* preponderante e hegemônico, engendrado sob regime capitalista produtivo, principalmente industrial, foi gradualmente suplantado e incorporado por outro *bloco*, rentista, sob predominância do capital financeiro, de capitalismo improdutivo<sup>1</sup>. Daí, decorreram modificações infra e superestruturais substanciais, configurando o que passou ser denominado como tendência *neoliberal*.

O *neoliberalismo* pode ser caracterizado de diversas formas, inclusive, para além do seu escopo sistêmico e regime econômico<sup>2</sup>. Todavia, algumas características podem ser destacadas:

- dinâmica expansiva (*globalização*) com exploração rentista transnacional, minimamente regulamentada e controlada nos âmbitos estatais;
- concentração das inovações tecnológicas, principalmente informáticas e informacionais;
- dinâmica centrífuga da cadeia produtiva com tecnologias menos densas, principalmente industriais (em função da diminuição de custos com mão de obra etc.), ocasionando desindustrialização e aumento do desemprego correlato nos países capitalistas centrais;
- fragmentação e segmentações de empresas adquiridas por conglomerados financeiros, conformando arranjos reticulados com concentração ascendente de lucros e dispersão de responsabilidades (inclusive, jurisdicionais);
- reformas de legislações e regulamentações com garantias trabalhistas, com a criação de novas modalidades e regimes de trabalho precarizados;
- crescente subtração e parasitismo de orçamentos públicos (*financeirização*), principalmente nos países capitalistas periféricos;
- privatização de bens públicos, principalmente aqueles relativos a exploração de recursos naturais;
- introjeção de racionalidade empresarial na gestão pública, pela via do *empresariamento* estatal (transferência de institucionalidades estatais da égide do direto público para o privado) e do agenciamento *empresariado* de estabelecimentos e serviços públicos para *terceiros* (*terceirizações*);

- instauração da instância de quase-mercados (*quasi-markets*) para a gestão (*competição gerenciada*) e a exploração mercantil da prestação de serviços estatais agenciados;
- ênfase e investimentos na disputa ideológica visando a naturalização da auto-exploração consentida (*empreendedorismo* como valor societário universal).

A partir das referidas propensões *neoliberais* também foram estabelecidos novos arranjos condominiais em relação ao capital produtivo e seus grupos de interesses, conjugadas estratégias institucionais e recompostas instâncias múltiplas para o controle e a autorregulação dos sistemas institucionalizados de ações (subsistemas financeiros, bancos, fomentos, juros etc.). Entretanto, a principal *conquista* tem a ver com a constituição de hegemonia global. Consignas de *ajuste fiscal* deixaram de ser prescrições ameaçadoras, tornando-se dogma unívoco, repercutido e repetido à exaustão, por diversos tipos de *sensos comuns*. A ideação de *empreendedorismo* deixou de ser pretensão vocacional (*self made person*), tornando-se espécie de *ethos* societário.

O advento do *neoliberalismo* também suplantou o ordenamento geopolítico de *imperialismos nacionalistas*, típicos na primeira metade do século XX e, após a segunda guerra mundial, consignados condominialmente na bipolaridade da *guerra fria* (blocos aliados, condomínios de países sob a égide imperial, por imposição ou consentimento). Contudo, mesmo com inovações no sistema financeiro, o *neoliberalismo* manteve e reciclou o arranjo geoeconômico estabelecido a partir de *Bretton Woods (1944)*, principalmente pela manutenção da *dolarização* nas transações financeiras internacionais.

Para essa sumária análise conjuntural, denominarei a tendência *neoliberal* como primeiro vetor contextual a compor dialeticamente o atual cenário de crise conjuntural. Como representação simbólica da oligarquia e plutocracia componentes do vetor *neoliberal* destaco os conglomerados que concentram a maior parte do seu poder econômico: os chamados *117 Titãs Globais*<sup>3</sup>.

Consolidada a ascensão *neoliberal*, denota-se a existência de uma grande *crise global*, espécie de transcendência complexa, degenerativa e entrópica entre diversas crises persistentes, principalmente em termos ambientais e sociais. Denota-se espiral degradante e deletéria de crises concomitantes e/ou sucessivas, mutuamente entrópicas, por reescalonamento da predação e destruição ambiental, por agravamento das opressões e iniquidades sociais. Daí, porque, se há uma crise conjuntural na atualidade a ser relevada, a mesma deve ser considerada em suas particularidades, porém, também como agudização ou agravamento da crônica crise degenerativa em curso.

Além disso, com a reemergência contemporânea de movimentos e experiências *neofascistas* em diversos países, tornaram-se evidentes as iniciativas de sua instrumentalização por parte de conglomerados *neoliberais*, visando a imposição de suas agendas para reformas disruptivas.

### Derivação *bigtecnológica* do vetor *neoliberal*

Engendrado pela referida propensão *neoliberal*, gradualmente tem se constituído uma derivação (viés?) tendencial com características e atributos particulares, a serem mais bem analisados, porque tendem a ser distintivos em relação a matriz.

Autores têm se debruçado para analisar tal derivação tendencial, sendo que, alguns, como Yanis Varoufakis e Cédric Durand, até preconizam definições e designações específicas, como as de *Tecnofeudalismo* de *Feudalismo Digital*. Por exemplo, Varoufakis estabelece o conceito de *Capital na Nuvem*, para definir uma instância virtual de renda digital cumulativa, sob controle do oligopólio digital e gerada pela exploração de induções (ao consumo) e intermediações comerciais<sup>4</sup>; para esse

autor, o *Tecnofeudalismo* não é entendido como viés de derivação capitalista, mas como um novo sistema social em ascensão e fase de consolidação, substitutivo ao *neoliberalismo* e *pós-capitalista*. Já Durand analisou os termos de dependência econômica estabelecidos pelas *Big Techs* e destacou similaridades com o antigo regime feudal, porém e evidentemente, com particularidades contemporâneas<sup>5</sup>. Outra autora, Mariana Mazzucato, analisou os meios e termos de captura de valores públicos pelas chamadas Bigs Techs, em processos pelos quais investimentos e riscos públicos (por exemplo: pesquisas, desenvolvimento tecnológico de interesse público etc.), então assumidos pelo Estado, são apropriados pelo referido oligopólio tecnológico, que auferir lucros e sonega o usufruto público<sup>6</sup>.

Soa paradoxal tal definição teórica sobre uma tendência de *(semi)feudalização pós-capitalista*, pois implicaria retrogradação a uma fase *pré-capitalista*. Daí, porque, os autores que a sustentam buscam especificar variações e particularidades contemporâneas.

Todavia, outros autores contestam a referida tendência de *(semi)feudalização pós-capitalista*, por equivocada, argumentando que as novas plataformas *Bigs Techs* e suas dinâmicas funcionais e operacionais consistem somente em suporte material para o *capital financeiro*, ou seja, seriam derivações do escopo *neoliberal*. Tratando-se de mais uma modalidade de capital fictício que, embora não controle diretamente a produção de mais-valia, estabelece novas formas de exploração do trabalho e interfere nas dinâmicas de mercados. Identificar algumas características análogas ao *feudalismo europeu* não é suficiente para uma caracterização contextual e vaticínio sobre o fim do capitalismo, pois, tal engano revela mais *uma confusão da forma com o suporte da forma, do valor com o valor de uso*, ou seja, o que Marx definiu como *fetichismo da mercadoria*<sup>7</sup>.

Particularmente, eu não estou convencido sobre os desígnios *(semi)feudais* e os vaticínios *pós-capitalistas* aludidos, por isso e por enquanto, denominarei a referida derivação *neoliberal* como *bigtecnocapitalismo*, também compor dialeticamente o atual cenário de crise conjuntural. Como representação simbólica da plutocracia componente deste derivação vetorial, destaco os chamados *Senhores das Bigs Techs* (Musk, Bezos, Zuckerberg e outros menos proeminentes).

O fato é, que, mesmo em se tratando de derivação vetorial, tal particularidade interpõe contextualmente algumas contradições dialéticas com a vigência *neoliberal* (assim como, o *neoliberalismo* em relação ao *capitalismo industrial*). O que, ao meu ver, não implicaria disrupções repentinas, mas graduais intercalações degenerativas entre ambos, vetor e derivativo. Entretanto, em havendo oportunidade disruptiva (assunto versado a seguir), o cenário pode ser outro.

Obviamente existem similaridades entre o vetor *neoliberal* e a referida derivação *bigtecnológica*, entretanto, algumas distinções podem ser destacadas.

Também decorre dinâmica expansionista *bigtecnológica* com tensionamentos por menos regulamentação e controle estatal, porém, além de circuitos para ágil movimentação do capital financeiro e sequenciamentos produtivos centrífugos típicos do *neoliberalismo*, as *Bigs Techs* conformam nichos de comunidades virtuais (*bolhas*) sob seu controle e *governança algorítmica*.

Diversos e particulares nichos de *Clãs e tribos informacionais*, dispersos geograficamente, mas, aproximados virtualmente e ordenados por caracteres de identidades e afinidades (identificadas e classificadas). Sobre os quais, as *Bigs Techs* operam, a partir de plataformas digitais (produção e disponibilização de *softwares* e *Apps*, nuvens de armazenagem, redes sociais, sistemas de algoritmos, ferramentas de busca etc.), buscando induzir o consumo de informações e de outras mercadorias, além do controle (do tipo *Orwelliano*) sobre as (re)produções e repercussões sociais

das mesmas. Oximoro distópico de *globalização tribal* sob indução e controle informacional, que confere, além do poder econômico, enorme poder político aos *Senhores das Bigs Techs*.

Evidentemente, os bancos de dados que contém informações sobre perfis e tendências para a indução de consumos de mercadorias e serviços são estrategicamente preciosos para a sociedade de mercados. Disposição de destaque para a referida derivação vetorial.

Além disso, as referidas plataformas digitais são operadas para intermediar, sob cobrança, a prestação de serviços (exemplo típico: *Uber*) e a realização de compras e entregas de mercadorias (exemplos: *Ifood*, *Mercado Livre* etc.). A intermediação na prestação de serviços tem gerado novas formas de exploração e precarização nas relações de trabalho (fenômenos como *uberização* e outros), sob amparo da mística *neoliberal* do *empreendedorismo*. A intermediação pedagoga de vendas e de entregas tem gerado crescente dependência dos setores produtivos e comerciais ao *senhorio bigtecnológico*. Resguardadas as devidas proporções e termos disposicionais, algumas das características dessas intermediações podem ser consideradas similares ao antigo regime feudal (*feudos digitais* com relações de *vassalagem* e *servidão* voluntária, *pedágios* para o trânsito de mercadores, mercadorias e serviços etc.), daí, porque, confundidas como suplantação de um novo sistema social e regime socioeconômico.

Acerca da chamada *governança algorítmica* das *Bigs Techs*, operam instâncias e intermediações tecnológicas diferenciadas, as chamadas *Inteligências Artificiais (IAs)*, cuja perspectiva e prospecção de impactos vai muito além do entorno em questão (*feudos* e plataformas digitais). Configurando elemento mutagênico ainda mais distópico e com potencial contraproducente para o próprio *neoliberalismo*, uma vez que o seu controle tende a concentrar, ainda mais, determinados recursos e gradientes de poder (político, tecnológico, econômico etc.), desconstituindo oligopólios assentados em outras dinâmicas e formas de exploração econômica e controle social.

Evidentemente, a ferramenta generativa IA não é um mal em si e a tendência referida não implica tecnofobia, mas consideração prospectiva acerca de vies.

Também convém destacar as afinidades dessa tendência vetorial para com a reemergente propensão *neofascista* no plano global. Uma vez que sua infraestrutura digital facilita sobremaneira interdições para competências comunicativas (um dos substratos fascistas primordiais) e a instrumentalização e disseminação de tergiversações malsãs.

O fato é, que tal derivativo vetorial detém enorme poder econômico e estratégico, dado o seu domínio de territórios virtuais, controle informacional e seu potencial distópico. Eis, porque, requer destaque contextual em perspectiva histórica.

### Emergência da atual crise conjuntural

Não bastasse a confluência entrópica do vetor *neoliberal* com o seu derivativo *bigtecnológico*, eis, que surge uma interveniência conjuntural reacionária, com potencial para gerar um desarranjo crítico, eventualmente, com abertura de oportunidades e possibilidades históricas. Circunstâncias particulares que, no passado, quando não mitigadas e superadas em curto prazo, geraram grandes contenciosos e conflitos, muitas vezes com substanciais mudanças estruturais. Refiro-me, obviamente, a interveniência ocasionada a partir do segundo mandato do presidente Donald Trump nos EUA (*interveniência Trump*).

Em tal interveniência disruptiva há inequívoca motivação chauvinista retrovisando um passado *dourado* de predomínio e hegemonia estadunidense. Quiçá, um passado ainda mais remoto,

no qual a *doutrina Monroe* estabelecia o esquadro de *quintal* conformando um bloco para disputa geopolítica.

Não parece se tratar propriamente de pendor unilateralista, porque em tal perspectiva são reconhecidos outros blocos geopolíticos, em disputa, ou seja, tampouco em perspectiva multilateral. Trata-se de vislumbre competitivo acerca de blocos sob a égide e controle de nações *imperialistas* (*nacional imperialismo*), no qual, deixa de ser reconhecido o protagonismo da União Europeia.

Para tal motivação há um propósito, a recuperação do *esplendor way of life*, que, por sua vez, requer um *Estado Empresarial* e um processo de reindustrialização, ou seja, a retomada de base produtiva industrial doméstica, um proletariado (leia-se eleitorado) operário redivido... A fórmula estratégica? *Bullying tarifário*, espalhafatosas ameaças (por certo, diversionistas), imposições para renegociações bilaterais em curto prazo, caso a caso. Em médio e longo prazo, a retomada de investimentos industriais domésticos, a exploração de recursos e o reescalonamento da cadeia produtiva e mercantil no âmbito do *quintal Monroniano* (agora, incluindo o Canadá e a Groenlândia).

Embora a ideação de um *Estado Empresarial* possa ser uma alegoria tipicamente *neoliberal*, a sua versão na perspectiva *nacional imperialista* é mais aguda, desprovida de quaisquer sutilezas. Não se tratando de um Estado que introjeta a racionalidade empresarial na gestão pública, mas que atua diretamente como predador empresarial (por isso, embora cause algum espanto, soa consoante a proposição *trumpiana* de ocupar a Faixa de Gaza com um *resort*)

Denominarei, pois, a interveniência *nacional imperialista* como o terceiro vetor, conjuntural (portanto, ainda não contextual) e disruptivo, a compor dialeticamente o atual cenário de crise. Como representação simbólica da oligarquia e plutocracia componente desse vetor destaco os *Chauvinistas do Estado Empresarial* e fauna aliada (*Neocons, Right Wings Rednecks* etc.).

O desafio estratégico de Trump consiste na compatibilização e combinação eficaz entre contraditórios interesses de dois grupos de inserção contextual (*Titãs Globais* e *Senhores das Big Techs*) e as pretensões conjunturais de seu grupo *nacional imperialista*, constituindo e estabelecendo *jogos de soma positiva* entre os mesmos.

Tal arranjo estratégico útil aos distintos vetores seria viável e factível? Quais decorrências imagináveis em curto, médio e longo prazo?

Ao que parece, para além dos rompantes toscos, Trump e sua equipe não ensejam e nem dispõem de estratégias geoeconômicas ou geopolíticas mais elaboradas ou sofisticadas. Por enquanto, a sua *guerra tarifária* com *avanços e recuos*, ocasionou volatilidade e variabilidade no mercado financeiro e enorme enormes ganhos para quem dispôs de informações antecipadas e privilegiadas acerca das decisões presidenciais, aparentemente erráticas, Adivinha quem ganhou?

Sem dúvida, possível e perigosa factibilidade, em havendo conteúdos e tensionamentos propositivos afins e, principalmente, competência estratégica e habilidade política para a compatibilização de interesses intrinsecamente contraditórios no âmbito capitalista. Ou seja, mesmo um novo arranjo contextualmente degenerativo poderia ser viável e factível de acordo com os interesses dos grupos implicados, conformando um novo condomínio no mesmo *bloco histórico*. São muitos os exemplos de transições conservadoras e rearranjos de blocos históricos.

Porém, a *interveniência Trump* não parece dispor de nenhum dos referidos atributos, notadamente, o de habilidade política. Seu estilo impositivo pautado em intimidações, típico das propensões (*neo*)*fascistas*, pode até provocar negociações constrangidas ou forçadas em curto prazo. Contudo, em médio prazo tende a induzir realinhamentos geopolíticos e geoeconômicos da parte de países afetados pelos *bulliyngs* tarifários e intimidações midiáticas.

Além disso, há contradição substancial entre a dinâmica expansionista centrífuga de mercados financeiros e aquela típica do *nacional imperialismo*, circunscrita e tendente ao controle plutocrático mais concentrado, com regulação centrípeta. Não se trataria da tal *governança neoliberal* entre conglomerados, mas de imposições e controle plutocrático centralizado.

O escalonamento e o sequenciamento produtivo característico do *neoliberalismo* visa centralizar a inovação tecnológica e manter o controle centralizado das tecnologias *de ponta*, enquanto transfere para a periferia global a produção manufaturada ou de maquinário mais denso. A propensão do *nacional imperialismo* intenta manter o controle centralizado tanto sobre as inovações, como da produção industrial, tendendo a desconstituir cadeias produtivas já estabelecidas. Ou seja, a interveniência *trumpista* tende a se tornar inconveniente e contraproducente para a dinâmica e a ordem *neoliberal* vigente.

Reiterando, os dois vetores contextuais referidos (*neoliberalismo* e derivação *bigtenológica*), embora concomitantemente degenerativos e mutuamente entrópicos, não tendem a ser disruptivos entre si. Entretanto, a interveniência *nacional imperialista* consiste em catalisador retrodegradante, potencialmente disruptivo para o *neoliberalismo*.

O vetor *neoliberal*, incluídas suas derivações, tende a ser ambientalmente e socialmente suicidário, contudo, enquanto processo crônico, multigeracional, de longo prazo, provoca menos efetividade reacional imediata (vide as insuficientes iniciativas da agenda política internacional para salvaguardas climáticas). Já disruptões reacionárias podem provocar reações mais agudas e imediatas.

Conforme antecipado, importa preestabelecer a natureza da crise conjuntural em andamento, o que demanda mais informações sobre iniciativas e repercussões de curto e médio prazo. Grosso modo, torna-se possível vislumbrar pelo menos dois cenários genéricos.

O primeiro cenário de decorrência conjuntural, mais provável em curto ou médio prazo (meses ou anos), consiste em rápida combustão e insolvência das iniciativas erráticas (*poker plays*) de Trump, por reação e mobilização interna no próprio EUA. Em se tratando de disruptões reacionárias que geram insegurança sistêmica e afetam grupos de interesses do capitalismo *rentista*, constatada a inabilidade estratégica do *Trumpismo* para mudar as regras do jogo geopolítico e geoeconômico global, não restará alternativa senão o retorno às iniciativas de *reformismo pelo alto*.

Se assim for, emergência fátua e rápida insolvência, o desarranjo circunstancial provocado *pela interveniência Trump* deverá ser mitigado, reajustado e reacomodado em reciclagem da ordem neoliberal e geopolítica. Claro, não sem perdas e danos, sem despojos a serem recolhidos.

No entanto, historicamente já está demonstrado que irrupções instáveis motivadas por estupidez estratégica também podem prosseguir e piorar a conjuntura, até a emergência de conflitos armados. Principalmente, quando implicada a variável (neo)fascista, substrato mais consistente da referida estupidez.

Em qualquer um dos cenários, mudanças deverão ocorrer, seja para a reciclagem da ordem *neoliberal* e de seu condomínio *rentista*, seja para conturbações mais estruturais, em termos de vigência do atual bloco histórico.

Resta ainda, questão inevitável: existem vetores alternativos ao intercurso degenerativo e/ou disruptivo do *neoliberalismo*?

Alguns autores reportam o exemplo chinês, de inegável poderio (geo)econômico e militar, como alternativa ao *status quo neoliberal*<sup>10</sup>. Todavia, ao meu ver, salvo desdobramentos

excepcionais da atual crise conjuntural, tal experiência não tende a ser expandida e replicada alternativamente, pelo menos, de forma abrangente, incluindo países ocidentais.

Salvo interpretações mais otimistas acerca da expansão de um *socialismo com particularidades chinesas*, de uma *economia socialista de mercado*, ainda não parece haver alternativa anticapitalista, potente e viável, em relação ao bloco *neoliberal*. Pelo menos e por enquanto, a China não apostou muito na disputa pelo domínio do capital improdutivo e de seu mercado financeiro, buscando ampliar e consolidar sua capacidade produtiva e dominação comercial e tecnológica. Ênfase adaptativa que, no limite de novo arranjo geopolítico, poderia reacomodar o *vetor chinês* tanto em continência *nacional imperialista*, como projetar sua disputa no plano global contra a preponderância e a hegemonia *neoliberal* (na perspectiva contraditória entre capital produtivo e improdutivo).

### Implicações conjunturais para o campo e setor público de Saúde no Brasil

Sem dúvida, os pendores *neoliberais* destacados contextualmente têm impactado consideravelmente no setor público e estatal, em suas políticas sociais e sistemas institucionalizados de ações e serviços. Provocando mudanças graduais, mas, substanciais, que, geralmente, têm sido denotadas fenomenicamente como agravos sucessivos e sequenciais de uma *crise* contextual com degradações contínuas,

No Brasil decorrem fenômenos primordiais a partir da *financeirização*, além de suas derivações disfuncionais (na perspectiva da natureza pública), como migrações de institucionalidades estatais para a égide do Direito Privado, agenciamentos empresariais da gestão pública (*terceirizações* etc.) e reescalamentos produtivos que têm deslocado a rede SUS para uma função complementar aos *mercados de doenças*, ao revés do que está estabelecido no texto constitucional vigente (Art. 199º).

A partir do processo de *financeirização* tem-se sequestrado proporções cada vez maiores dos orçamentos públicos para o pagamento de *encargos de juros*, com evidentes impactos de desfinanciamento para o setor público de Saúde. Considerada a complexidades e progressividade de demandas e a regressividade do seu financiamento, a degradação pode ser expressa de diversos modos, sendo um dos mais notórios, o aumento de desigualdades no acesso aos bens ações e serviços públicos de saúde e serviços.

Também em termos de contínua degradação, o SUS tem se tornado conveniente para os *mercados de doenças* por servir como segmento para a seleção e *desvio* de demandas lucrativas, assim como, para a transferência de custos. A tendência de *terceirizações*, não somente da prestação de serviços, mas da própria gestão pública, tem acentuado a precarização dos contratos e relações de trabalho no setor público. Além da imposição de produtivismo assistencial em função de metas contratuais, desconsiderando aspectos e medidas importantes para a Atenção Integral à Saúde (Promoção, Prevenção, Proteção, Reabilitação). Ou seja, descaracterizando os sentidos constitucionais de equidade e de integralidade.

A conformação *neoliberal* no setor de prestação de serviços de saúde avançou inicialmente na chamada assistência biomédica especializada e suplementar. Embora exista regulamentação normativa e atuação de uma *Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS)* para o setor suplementar, torna-se patente a insuficiência de regramentos e a inoperância regulatória agenciada.

No setor privado complementar ao SUS, notadamente no segmento de entidades hospitalares sem fins lucrativos, ocorreu o esperado: rápida adaptação aos novos ditames dos *mercados de*

*doenças*. O que promoveu diversificação nas carteiras de serviços, com ampliação de formas de acessibilidade (não somente *filas duplas*, mas, pluralidade de filas).

A colonização ao molde *neoliberal* também avança célere no setor estatal do SUS, inclusive ao nível de Atenção Básica/Primária de Saúde. Obviamente, a partir de distintas estratégias institucionais, no entanto, sempre em disposição subalterna e acessória aos *mercados de doenças*. No caso específico da Atenção Básica/Primária no âmbito SUS, o incremento do processo de *terceirização* tem induzido uma espécie de *produtivismo ambulatorial* orientado para metas contratuais, entretanto e ao mesmo tempo, uma redução de atividades de promoção e proteção de saúde, com resultados paradoxais: aumento do volume de serviços prestados (*outputs*) e gradual piora de indicadores epidemiológicos (*outcomes*), principalmente aqueles pertinentes às consequências preveníveis e manejáveis na ABS/APS (proporções de Internações hospitalares por Causas Sensíveis, incidência de Sífilis Congênita, óbitos por Tuberculose etc.).

A partir do incremento das *terceirizações* conforma-se gradualmente um segmento e instância de *quase-mercado* para a gestão agenciada e a prestação de serviços públicos de saúde, sob a égide do Direito Privado. O dever constitucional do Estado para com o setor público de Saúde, uma vez agenciado e empresariado, vai enviesando e reduzindo o direito social (universal, equânime, integral, participativo...) aos termos de consumo seletivo para procedimentos biomédicos, regulados pelos mercados.

Em suma, a perspectiva do *neoliberalismo* tende a impor degradações para quaisquer políticas públicas e sociais universais e equânimes. Porque dispõe a predominância de *financeirização* dos recursos públicos, de *empresariamentos* estatais, de agenciamentos privados da gestão pública e de precarização das condições e relações de trabalho no setor público. Além disso, no caso específico do setor de Saúde, a perspectiva *neoliberal* tende a priorizar a mercantilização das *doenças*, decorrendo em individualizações de demandas, na fragmentação de medidas assistenciais especializadas, em estímulos ao consumismo lucrativo de insumos e tecnologias etc.

Mas, se agregada a perspectiva de incremento do vetor *bigtecnocapitalista* ao campo da Saúde, grosso modo, quais decorrências poderiam ser projetadas?

Como exemplos de enviesamentos potenciais, projetados para o campo e setor público de Saúde, além das intermediações na disponibilização de insumos biotecnológicos e na prestação de serviços, a interveniência de *Inteligências Artificiais (IAs)* em processos decisórios de gestão sistêmica e institucional. Ou seja, a racionalidade de eficiência mercantil, não somente introjetada (conforme propensão *neoliberal*), mas interposta como modo de *governança algorítmica* nos processos e práticas de gestão institucional, governamental.

A propensão algorítmica de *custo/eficácia procedimental*, advogada no escopo da chamada *Medicina Baseada em Evidências* consiste em terreno fértil para a interposição e intermediação de processos decisórios ordenados por *IAs*. Para quem advoga similaridade *algorítmica* para a Saúde Pública<sup>8</sup>, tal propensão também apresenta-se alvissareira, um passo para a *Gestão Pública Baseada em Evidências*. Embora, daí, a equação racionalizadora provavelmente deva ser readequada: de *custo/eficácia procedimental* para custos orçamentários/benefícios eleitorais.

O incremento dos modos de *governança* e de interveniências *algorítmicas* também deve impactar significativamente os processos e relações de trabalho profissional em Saúde. Deverão ocorrer inovações substitutivas, reescalamentos e deslocamentos para processos produtivos e logísticas de suporte. Daí, deverão surgir novas profissões e, principalmente, especializações; outras tantas se tornarão obsoletas.. O que, em médio prazo, também deverá ocasionar mudanças substanciais nos processos de formação e especialização profissional.



Evidentemente, não se trata de negar as necessárias inovações e incorporações tecnológicas contemporâneas ao campo e trabalho profissional em Saúde. O risco advém da redução de intermédios *racionalizadores* da gestão institucional (pública, mas, também, privada) aos modos de (auto)regulação sistêmica em processos controlados unilateralmente, não propriamente por racionalidade algorítmica instrumental, mas, por uma oligarquia mercantil de alcance global e entornos *semifeudais*.

Além disso, na perspectiva de induções ideológicas com controle de tráfego informacional para nichos virtuais autocentrados, determinadas interveniências com motivações políticas e intencionalidades malsãs (ex, *negacionismo vacinal*; disseminação de medidas pretensamente profiláticas, mas sem eficácia comprovada cientificamente etc.) tendem a adquirir potencial necropolítico. No decorrer da *pandemia Covid* tal interveniência induziu exposições indevidas e, conseqüentemente, contribuiu para a ocorrência de milhões de óbitos evitáveis (no Brasil, centenas de milhares). Ao *negacionismo vacinal*, existente desde o século XIX, foram agregadas novas *narrativas conspiratórias*, de alcance mais abrangente e impactos evidentes na diminuição de coberturas imunológicas para doenças preveníveis.

Portanto, possíveis ocorrências, decorrências e derivações do viés bigtecnocapitalista não somente tendem a reforçar as dinâmicas da matriz neoliberal, como agregam novas formas para a reestruturação dos seus processos produtivos, acessórios e decisórios. Gerando mais concentração de poder e provocando mais desigualdades e exclusões sociais.

A *interveniência Trump*, embora ainda conjuntural, mas como retroprojeção *nacional imperialista*, remeteria as políticas públicas periféricas na área de imposição e influência estadunidense a um estágio anterior, análogo com as décadas de 1960 e 1970, porém, com particularidades mais degradantes. As empresas estadunidenses de *Seguro Saúde* estabeleceriam suas filiais nos países latino-americanos, conformando outra arquitetura hierarquizada e utilitária para com outros mercados afins. Restaria aos sistemas públicos de Saúde a ênfase em programações focalizadas, não somente em *denominadores populacionais* mais vulneráveis e/ou expostos aos riscos ou em *agravos economicamente impactantes* (conforme focalizações das décadas anteriores), mas em pacotes procedimentais para mitigações de abrangência universal (*universalização básica, APS primitiva para pobres*), no referenciamento seletivo de demandas lucrativas do setor público para os mercados e na transferência de demandas de alto custo dos mercados para o setor público.

Já houve sinalização do empresariado estadunidense de que a *abertura do mercado brasileiro da Saúde* deve ser considerada como um dos itens prioritários na agenda de renegociações bilaterais com o Brasil<sup>9</sup>. Evidentemente, tratar-se-ia de renegociação impositiva que, a depender da conjuntura de 2026 em diante, poderia implicar iniciativa de alteração constitucional com modificações ainda mais abrangentes no capítulo da Saúde.

### O Sistema Único de Saúde sob a continência do *incrementalismo de puxadinhos*

Em perspectiva contextual e de longo prazo, ao Sistema Único de Saúde (SUS) coadunam-se (pre)tensões políticas contra-hegemônicas, embora, não disruptivas, ao *status quo* vigente. Isso porque a pretensão estratégica do SUS implica interposição de uma cunha de política *de bem estar social*, de abrangência universal e propensão equânime, sob a preponderância e a hegemonia de *bloco histórico* adverso, primado pelo neoliberalismo e sua *governamentalidade* malsã.

As contradições primordiais entre pretensões de políticas públicas setoriais contra-hegemônicas ou contraproducentes ao *bloco histórico neoliberal*, vigente no contexto global, evidentemente implicam adversidades e, em muitos aspectos, também inviabilidades de alcance

institucional e de impacto social. Porém e como sempre, trata-se de dinâmica essencialmente dialética, a depender das disposições e movimentos estratégicos em jogo.

Óbvio, somente a partir de reformas parciais e setoriais em políticas públicas não é possível subverter ou reverter as principais tendências contextuais adversas e degradantes (infraestruturais e superestruturais). Quando muito, torna-se possível mitigá-las.

Assim mesmo, em sendo a pretensão política do SUS interveniente, ou seja, de cunha contra-hegemônica interposta inicialmente ao *bloco industrial* e agora ao *bloco neoliberal*, sua viabilidade estratégica, pelo menos no plano institucional, queda fadada ao pendor incremental. As continências contextuais interpõem inevitável gradualidade para as inovações e as reformas parciais do SUS, moduladas em conjunturas mais ou menos adversas, contudo, sempre contextualmente adversas.

De certo, afora o *reformismo* incremental (ou *incrementalismo*), dificilmente haveria viabilidade e sustentabilidade para outras estratégias políticas visando mudanças substanciais ostensivas, intensivas (*reformas* tipo *Big Bang*) e contextualmente contraproducentes ou disruptivas ao *bloco* neoliberal.

Assumir a vicissitude e a continência de alternativas incrementais perante *bloco histórico* e contexto global adverso não implica necessariamente abdicar de estratégias disruptivas visando mudanças (macro)estruturais profundas e abrangentes, mesmo que graduais. Todavia, implica entendimento de que as pretensões disruptivas não podem estar restritas ou contidas ao escopo institucional, setorial e programático de políticas e estratégias governamentais ou programáticas. Existem outras imprescindíveis disputas em questão.

Para que o referido pendor incremental, de fato, possa consubstanciar reformas graduais e parciais compatíveis com a arquitetura constitucional do SUS, seriam necessárias formulações criativas, insurgências políticas e ousadias estratégicas oportunas, pelo menos, em conjunturas governamentais menos adversas. O que, infelizmente, ocorreu de forma insuficiente ao longo das últimas décadas.

De fato, nas conjunturas governamentais menos adversas ao SUS vicejaram reformas parciais, diversas e dispersas, configurando uma espécie de *incrementalismo de puxadinhos programáticos*, todavia, desprovido de primordialidade estratégica mais substancial. Mesmo com inovações governamentais de *estratégias programáticas* importantes e significativas para a configuração institucional do SUS (muitas poderiam ser citadas) ainda não ocorreram iniciativas estratégicas mais substanciais para a sua consolidação, em termos de princípios e diretrizes constitucionais. Iniciativas estratégicas visando a disputa ideológica pela apropriação pública do SUS, de sua legitimação social para além do *valor de uso* meramente assistencial.

Substancialidade estratégica referida aos aspectos:

- autopoieticos: de (re)produção social do trabalho no âmbito e perspectiva do SUS, acerca de arquiteturas, regimes, arranjos, processos e relações de trabalho profissional no setor público (p. ex. Planos de cargos, carreiras e salários etc.);
- recursivos: acerca de financiamento viável e sustentável, de inovações e incorporações tecnológicas condizentes ao sentido de integralidade do cuidado etc;
- geopolíticos: acerca de governança federativa, de subsidiariedade intergovernamental, de regionalização sistêmica pautada em necessidades sociais de saúde (não somente em disponibilidades orçamentárias), de governança direcional (para além da mera governança procedimental e instrumental) etc;
- teleológicos: acerca de remodelagens tecno assistenciais, de redes de cuidado integral, de logísticas para suporte e apoio etc;

- integrativos: acerca da integração entre políticas públicas sociais (intersetorialidade) etc;
- de gestão pública: acerca da égide e preceitos de Direito Público, para além do escopo meramente administrativo e burocrático;

Em suma, persistem lacunas primordiais para a agenda estratégica incremental do SUS, assim como, interrogações e reflexões acerca de sua tergiversação em ocasiões propícias de conjunturas governamentais menos adversas..

Conforme destacado anteriormente, assim como outras reformas incrementais ao longo da história brasileira, a pretensão estratégica SUS encontra-se sob a continência do *reformismo incremental*, processo histórico que não configura constância, continuidade ou progressividade estável. Pelo contrário, no Brasil, os períodos propícios ao *incrementalismo* para as gradativas conquistas de direitos sociais e a consubstanciação de respectivas políticas públicas têm sido intercalados com fases instáveis, imposições regressivas (algumas sob regimes autoritários) e aventuras populistas.

Ao aludido *reformismo incremental*, pode-se associar o preposto *gramsciano* de *reformismo pelo alto* (*revolução passiva* etc.). De fato, parte significativa das *mudanças* sociais e institucionais ocorridas no país foram desencadeadas e estabelecidas sob a dialética contingencial de *Lampedusa* (para que o *status quo* permaneça minimamente estável, torna-se prudente que alguma reforma gradual e não estrutural seja admitida, permitida... Porém controlada) e posteriormente pautadas por dinâmicas incrementais, sob controle.

O desencadeamento da *Reforma Sanitária* brasileira confirma tal premissa, emergindo em *janela de oportunidade* durante transição conservadora, requerendo, pois, proatividade incremental.

Aos períodos de interposições regressivas, pode-se associar o preposto *gramsciano* de *contrarreformismo*) pelo menos, no que tange aos direitos sociais e políticos parcialmente alcançados. A história brasileira está repleta de episódios assim. O que, indubitavelmente, afeta, mesmo que conjunturalmente, o sentido de incrementalidade para quaisquer reformas em intercurso.

Já sobre as tipificações de *populismos* no Brasil, abundam controvérsias. Assim mesmo, é possível destacar determinada modalidade de *populismo ideativo* (ou *ideacional*), na qual prepondera uma temática sensível e ideação mobilizadora acerca da *corrupção política e sistêmica*. Com ênfase na disputa entre a *vontade popular* (mais especificamente, dos autorreferidos *cidadãos de bem*) em contraposição aos ditos *políticos* (como também aos jogos da *política institucional*). O que invariavelmente requer a intermediação e atuação incisiva de lideranças carismáticas, no caso: predestinados *arautos da moral pública*, *paladinos outsiders*, *patriotas justiceiros* etc.

Evidentemente existem outras tipificações e experiências de populismos para o caso brasileiro, todavia, observa-se reemergência cíclica do referido *populismo ideativo*, ocasionando breves e instáveis aventuras de afã dramatúrgico (p. ex. conjunturas governamentais de Jânio Quadros e Collor de Mello) ou, até mesmo, associações deletérias com pendores *neofascistas* e ensaios disruptivos (conjuntura Bolsonaro). Episódios assim, mesmo quando transitórios, têm posto à prova, a consistência e a resiliência das referidas reformas incrementais e, até mesmo, do parcial regime democrático vigente.

Eis, que, nas poucas décadas de existência do SUS, já ocorreram interposições de *contrarreformas* de aventuras populistas e ensaios autoritários, de golpes institucionais e de imposições regressivas, que afetaram, não somente, conjunturas políticas específicas, mas, implicaram realinhamentos estratégicos ao *bloco histórico neoliberal*. Realçado em constatação sumária: a *linha incremental* do SUS não é constante e estável, tampouco progressiva.

Existe um exemplo arquetípico de reforma incremental estável sob regime capitalista, que influenciou sobremaneira as pretensões políticas e os cálculos estratégicos acerca da viabilidade do SUS: a reforma que originou e incrementou o *National Health System* (NHS) do Reino Unido. O NHS foi desencadeado a partir de 1947, como uma reforma intensiva (tipo *Big Bang*) e disputada sob circunstância excepcional (governo *Trabalhista*, pós-guerra etc.). Destaca-se nesse primórdio a brilhante condução estratégica inicial, notadamente sob o protagonismo de Aneurin Bevan (líder sindical Galês, parlamentar trabalhista e, então, Ministro da Saúde). Como não poderia ser diferente, mesmo em se tratando originalmente de reforma abrupta e intensiva, dada a notória adversidade contextual, requereu posteriormente estratégias incrementais para a sua expansão e consolidação. Conforme antecipado, houve margem estável de progressividade, mesmo sob alternâncias partidárias nos governos subsequentes.

Obviamente, o contexto histórico era outro (*bloco histórico* industriário) e suas circunstâncias genéticas eram excepcionais: pós-guerra, emergência de *pactos sociais* visando reformas incrementais com políticas universais de *bem-estar*. Tal contexto e circunstâncias incrementais também degeneraram ao longo de décadas, todavia, o NHS se consolidou progressivamente porque, apesar de conjunturas diversas e algumas adversas (principalmente no período Thatcher), assentou-se em *linha incremental* minimamente estável e progressiva.

Já o SUS emergiu em típica fase transicional conservadora, não somente conjuntural (ditadura/*Nova República*), como também contextual, entre *blocos históricos* (capitalismo produtivo/improdutivo, bloco *industrial/rentista*). Desde o início esteve submetido às tensões degenerativas, episodicamente conjunturais e permanentemente contextual. Sem margens de estabilidade progressiva de longo prazo, retoma-se a questão inicialmente disposta: que estratégias incrementais seriam dialeticamente viáveis e compatíveis para a consubstanciação de sua arquitetura constitucional? Mais importante: para a sua legitimação social?

Se houve *janela de oportunidade* para o estabelecimento de marco constitucional normativo do SUS em fase de *transição conservadora*, mesmo que, sob perspectiva de adversidade contextual, as subsequentes conjunturas governamentais menos adversas também seriam *janelas de oportunidade* para a sua intensificação e agudização incremental. Entretanto, repõe-se a questão seguinte: que tipo de incrementalismo seria mais efetivo?

Inevitavelmente, nas ditas conjunturas governamentais *menos adversas* impõem-se os cálculos e as análises sobre os tipos e os constrangimentos de adversidades interpostas (sejam conjunturais ou contextuais). Também inevitavelmente, as disposições incrementais reestruturantes tensionadas estrategicamente não seriam integralmente viabilizadas, requerendo sempre mediações políticas, governança direcional, comedimentos e termos de parcialidade consecutiva. Todavia, parcialidades sintônicas em arranjo arquetetônico constitucional.

Ainda, em se tratando de conjunturas menos adversas, o problema crucial é abdicar de qualquer tensionamento estratégico reestruturante, em razão das adversidades e contemporizações visando garantir *governabilidade* nos mercados da *pequena política*. Sem tensionamentos estratégicos reestruturantes, sequer haverão mediações políticas e parcialidades incrementais afins. Resta, pois, o incrementalismo tático operacional, de *puxadinhos programáticos*... Restam as instâncias e dinâmicas de governança procedimental e de pragmatismo gerencial utilitário, em entorno institucional cada vez mais degradante e degenerativo.

### Sistema Único de Saúde e a conjuntura nacional

O atual governo Lula poderia ser considerado como conjuntura menos adversa, mesmo em se tratando de contexto global tendencialmente degenerativo, distópico, potencialmente disruptivo?

Assim como no período anterior de governos Lula e Dilma, a resposta tende a ser afirmativa, pelo menos no que se refere à perspectiva de incrementalidade com certo potencial contra-hegemônico, embora não disruptivo ao *status quo*.

A estratégia governamental de (alegórica) *conciliação com os andares de cima e compensações para os andares de baixo* (sem muita noção, ou ilusão, acerca dos *andares intermediários*), uma espécie de *neodesenvolvimentismo* compensatório (em parte, redistributivo), parecia funcionar bem entre 2003 e 2015, todavia, o golpe parlamentar de 2016 desnudou certa ingenuidade preposta. Os meios e termos de *inclusão social*, preponderantemente aos circuitos de consumo mercantil, não implicaram necessariamente em apropriação pública de direitos humanos e sociais (a tal *assunção cidadã*), menos ainda, de políticas institucionais. Além disso, as iniciativas de políticas compensatórias ou mais equânimes desencadearam reatividade dentre entornos sociais *agregados* na secular *Casa-grande*, facilitando a reedição e repercussão de discursos *meritocráticos*, como ainda, o advento de nova aventura *populista ideativa*, consubstanciada no chamado *bolsonarismo* (que, evidentemente, vai muito além do patético personagem original).

Ainda que tímido e comedido, o anterior ensaio *neodesenvolvimentista* do período Lula e Dilma, de natureza conciliatória e caráter compensatório, contribuiu para o desencadeamento chauvinista e a reemergência protofascista (lembrar que se trata de fenômeno internacional contemporâneo, portanto, há outros fatores implicados)).

A transição conservadora do governo Temer caracterizou-se pelo afã *contrarreformista*, pautado pelo imperativo de rápido realinhamento com a agenda de (agora impostas) reformas *neoliberais*, Contudo, governo ainda inevitavelmente sequestrado pela contingência de um *mercado parlamentar da pequena política* (o tal *presidencialismo de coalizão*).

A nova *janela populista ideativa* decorreu no governo Bolsonaro, que não resultou em mera repetição farsesca de *aventuras* anteriores (Jânio, Collor), pois, incluiu o componente protofascista, buscando alinhamentos, oximoro de sinergia entrópica, com movimentos internacionais afins. Com a *faca e o queijo na mão*, mas, por incompetência primordial e insuficiência de *intelectuais orgânicos*, Bolsonaro não logrou sequer escapar do sequestro perante o *mercado parlamentar da pequena política...* Pelo contrário, aumentou o grau de dependência governamental ao agenciar ainda mais a gestão do orçamento público.

Por enquanto, tamanho potencial destrutivo de (proto)fascismo social, engendrado e pronto para o exercício autoritário e disruptivo, ainda não encontrou lideranças a sua altura, no entanto, permanece proativo. Seu legado está em disputa entre bufões (ao estilo de Trump, Milei e do próprio Bolsonaro) e *pequenos Maquiavéis*, todavia ainda não emergiu o que seria catastrófico: um redivivo Mussolini.

A exacerbação política bipolar reativada a partir do golpe de 2016 não saturou e nem se esgotou, pelo contrário, sequer encontra-se latente, pois apresenta-se explícita e persiste intimidatória e violenta.

Mesmo assim, o atual governo Lula optou pela reedição da via conciliatória e compensatória, o que pareceu inevitável, pelo menos em se tratando das condições e termos de *governabilidade palaciana*. Entretanto, já não se trata somente de *governabilidade palaciana* sob *presidencialismo de coalizão*, mas do sequestro e domínio de parte significativa do orçamento público pelo *mercado parlamentar da pequena política*.

Além disso, o atual governo encontra-se sob múltiplas amarras, a partir das quais, o bloco preponderante e hegemônico busca enquadrar e pautar as ações governamentais, para isso, manipulando permanente campanha midiática. Enquanto utiliza estratégias econômicas para gerar contínuo desgaste, *sangramento lento*, visando a próxima disputa eleitoral.

O governo atual optou corretamente por reconstituir políticas e estratégias programáticas anteriores, em sua maior parte degradadas no período Temer/Bolsonaro. Todavia, praticamente tem se limitado a tal reconstituição ou, em se tratando de inovações de políticas sociais, tem buscado ênfase para medidas de maior apelo e impacto imediato (na medida em que se avizinha a próxima disputa eleitoral). Sem dúvida, iniciativas importantes, inclusive no setor público de Saúde, mas, ainda, sob a arquitetura dos referidos *puxadinhos* incrementais.

Meados do atual governo Lula, está a ocorrer aparente reviravolta na conjuntura política internacional: a referida interveniência de Trump e sua *vanguarda do atraso*.

De toda forma, tal interveniência conjuntural força e apressa inevitáveis transformações já engendradas anteriormente, pela reatividade ao decaimento de mais um império geopolítico, mas, sobretudo, decorrentes da degradação do próprio sistema capitalista. O que pode significar a disrupção do *bloco histórico* vigente e o advento de transformações substanciais tendentes às barbáries.

Evidentemente, a conjuntura internacional também força ainda mais os vetores de contingenciamento ao governo Lula. Portanto, pela maior adversidade interposta, constrange ainda mais os termos de viabilidade incremental para inovações substanciais em políticas públicas.

Retornando ao plano nacional e ao âmbito setorial das políticas públicas de Saúde, se as transformações em curso não são meramente conjunturais, o horizonte estratégico evidentemente se retrai: das alternativas e possibilidades de mudanças cumulativas e incrementais de médio e longo prazo para as necessidades de resistência e subsistência perante ofensivas de degradação e disrupção. No entanto, a questão primordial consiste em não se confundir estratégias sociais e institucionais (de resistência e subsistência) com táticas correlatas e derivadas.

O SUS necessita de ousadias políticas e estratégicas, devido e apesar do *mercado parlamentar da pequena política*, do obscurantismo, do risco neofascista etc. Estratégias reestruturantes para o seu financiamento, o seu regime de trabalho, a sua arquitetura organizacional, o seu modo de gestão e modelo de Atenção Integral.

Ao longo dos últimos anos têm surgido formulações estratégicas reestruturantes para o SUS. Contudo, quase nunca exploradas, aperfeiçoadas ou consensualizadas (muito menos, adotadas) em âmbito governamental. Em havendo iniciativas estratégicas governamentais reestruturantes, decorrerão mobilizações e movimentos táticos para se lidar com as adversidades, visando mediações políticas.

Foi assim no processo constituinte de 1988. Havia enorme adversidade conjuntural, mesmo assim, as ousadias políticas e estratégicas adotadas na ocasião, seguidas de mobilizações e táticas de negociação (de *soma positiva*), tornaram viável um texto constitucional, senão ideal, pelo menos indutor de um marco constitucional com tensões normativas substanciais. Aquele foi o momento inaugural do *mercado parlamentar da pequena política* (vulgo *Centrão*), que operava com coesão e enorme força política, apesar disso, houve avanço na adversidade.

Obviamente, o desencadeamento de reformas incrementais estruturantes, por si, não serve de salvaguarda ou garantia para a resistência e subsistência incremental do SUS, assim como, o texto constitucional de 1988 não garantiu o cumprimento de seus princípios ético-sociais e de suas diretrizes organizativas. Servem mais como tensionamentos normativos e estratégicos para a garantia do que realmente importa: a apropriação pública da política e as mobilizações sociais decorrentes.

A (re)mobilização política deverá ser imprescindível não somente para a resistência e a subsistência de políticas públicas setoriais, mas, sobremaneira, para os inevitáveis enfrentamentos em tempos difíceis que se avizinham.

Sem estratégias sociais e institucionais reestruturantes para as políticas públicas, os movimentos de articulação, viabilização e mediação política, que deveriam ser táticos, tornam-se a única alternativa governamental. Em outros termos, se o governo abdica de estratégias sociais e institucionais reestruturantes, torna-se *presa fácil* na armadilha de governabilidade e governança sistêmicas. Confundindo-se, pois, com o próprio sistema entrópico, o que pode implicar, no mínimo, suicídio eleitoral, porque não parecem ser tempos para se escolher (os menos piores) síndicos e gerenciadorees da crise atual.

De pouco valem as mudanças ministeriais focadas somente em (re)acomodar demandas de *governabilidade palaciana* e do *mercado parlamentar da pequena política*, sem iniciativas ousadas visando a disputa de direcionalidade política, setorial e mais abrangente.

Particularmente no plano prospectivo das políticas sociais no Brasil, sem postura política mais ousada, sem competência estratégica para disputas direcionais de maior abrangência em médio e longo prazo, resta o gerenciamento mitigador para a degradação ambiental e societária. Particularmente para o SUS, restam os intermédios para governança meramente procedimental e os termos de gerenciamento degenerativo.

Evidentemente a próxima eleição presidencial brasileira tem enorme importância estratégica, inclusive no plano global, devendo ser prioritária em quaisquer análises e proposições políticas para cálculos, mobilizações e movimentos estratégicos em disputa. Todavia, não pode servir somente para adiar o assalto *neofascista* ou para tornar o chamado *campo progressista* refém do menos pior: o intercâmbio de *arranjos conciliatórios* por *compensações* mitigadoras, num mundo que não é o mesmo de décadas atrás e degrada celeremente.

\*\*\*\*\*

\* Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

#### Referências bibliográficas:

1. Dowbor, L. *A era do capitalismo improdutivo*. São Paulo. Autonomia Literária. 2017.
2. Dardot, P; Lavall, C. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2016. p.15.
3. Dowbor, L. “Eis a nova estrutura do poder global”. Outras Palavras. 14/03/2025. In: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/eis-a-nova-estrutura-do-poder-global/> Acessado em 01/04/2025
4. Varoufakis Y. *Tecnofeudalismo: O que matou o Capitalismo*. London. Editora Crítica. 2025.
5. Durand, C. *Tecnofeudalismo*. Buenos Aires. Ed. La Cebra. 2021.
6. Mazzucato, M. *O valor de tudo: produção e apropriação na economia global*. 1ª Ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.
7. Prado, EFS. “Polêmica: o engano de Varoufakis”. Outras Palavras. 01/05/2024. In: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/tecnofeudalismo-consideracoes-livro-yanis-varoufakis/> Acessado em 01/04/2025.
8. Moreira, CL B.; Dutra, J S (Orgs.) et. al. *Saúde Pública baseada em evidências*. Pelotas. Ed. UFPEL. 2010
9. Chade J. “Empresas pedem a Trump acesso ao mercado de saúde, teles e etanol do Brasil” Uol. In: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2025/03/12/empresas-pedem-a-trump-acesso-ao-mercado-de-saude-teles-e-etanol-do-brasil.htm> Acessado em 12/03/2025.
10. Jabbour, E; Gabriele A. *China: o Socialismo do Século XXI*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2021.